

PROTAGONISMO E CONQUISTAS DOS MOVIMENTOS ESTUDANTES NO BRASIL

Eliezer Henrique da Silva Sousa¹
Vanderson Viana Rodrigues²
Polianna Geysa Silveira Rodrigues³

RESUMO

Tendo como objetivo geral analisar a conjuntura das ações, modificações e dissoluções que ocorreram/ocorrem na educação brasileira, este trabalho, ornamentado por meio do enfoque metodológico materialista histórico-dialético, visa trazer à luz um conjunto sequencial de informações discorrendo sobre a educação, as lutas estudantis e sociais, primordialmente, tendo em vista os movimentos estudantis e o descontentamento social com o atual processo de sucateamento e desmonte na educação pública do país, expondo historicamente as articulações e mobilizações do movimento estudantil, tal como toda a sua formação e estruturação enquanto movimento social, ressaltando, por intermédio do movimento estudantil, o cenário de luta que adveio a educação pública brasileira, além de suas atuais organizações e ações de enfrentamento, das cobranças e resistências frente ao atual caos imposto pelo atual desgoverno.

Palavras-chave: Movimento estudantil, Educação Brasileira, Sucateamento.

INTRODUÇÃO

A educação, em sua etimologia, provém de duas palavras em latim, *Educare* e *Educere*, diante desta afirmação Stürmer (2012 p. 202) fala que o primeiro se refere a “orientar, nutrir, cuidar”, e o segundo “guiar, construir, conduzir”. E é sob essa ótica epistemológica que podemos compreender a importância da educação para um país e uma sociedade.

A educação tem por papel orientar, nutrir, guiar e construir, assim se tornando mais do que métodos e técnicas de ensino e aprendizagem, a educação é uma maneira

¹ Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM/UEMA/CNPQ; Bolsista do programa institucional de bolsas de Iniciação Científica - IC BIC/UEMA/FAPEMA; henriqueeliezer060@gmail.com

² Mestrando em Geografia - Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGG/UEPA – Belém/PA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM/UEMA/CNPQ e do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA/UEPA/CNPQ; bolsista de Mestrado pela FAPEMA sob o Edital 12/2020 – 2021/2022; vanderson2016rodrigues@gmail.com

³ Graduando em Letras-Libras Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Membro do Grupo de Estudos em Imagem Literária – GELIT; polianna.rodrigues@outlook.com

de garantir que os valores da sociedade sejam repassados para as próximas gerações, tendo a educação o poder de transformar vidas.

Sobre a importância da educação para uma nação, Freire (1996) afirma que: “Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescente brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 1996)

Assim percebe-se que a educação assegura o desenvolvimento da vida pessoal e profissional de um indivíduo, por isso, nota-se que a educação tem uma influência significativa na vida das pessoas de uma sociedade, e o poder de decidir seu futuro. Desta forma, a educação propicia uma vida melhor a quem têm a oportunidade de adquiri-la, oportunidade esta que, contraditoriamente ao que fala a constituição brasileira de 1988, depende das condições socioeconômicas do indivíduo e de sua localização geográfica.

Entende-se que a educação é o único meio de se mudar a realidade social e econômica de uma nação, assim como a força motriz para a igualdade de direitos. No Brasil, a educação parte de lutas, por uma verdadeira revolução educacional onde todos tenham acesso equiparados e direitos respeitados, como assegura a Constituição de 1988 no Art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 07).

Os governantes do país nem sempre têm privilegiado tal discurso constitucional em suas propostas educacionais, o que assevera as mazelas, as lutas dos movimentos sociais e, principalmente, dos movimentos estudantis a lutarem para que a educação continue sendo laica, pública, gratuidade, acessível e de qualidade.

METODOLOGIA

O presente trabalho esta ornamentado em forma de pesquisa bibliográfica, que tem como método em foco a abordagem materialista histórico-dialético, haja visa que este pensamento possibilita analisar como o homem se organiza na produção e reprodução em sociedade, além do seu caráter histórico, como ele se organiza através do tempo,

evidenciando as duas faces dos atores sociais abordados – o movimento estudantil e as instituições públicas responsáveis pela gestão educacional, além da dinâmica do capital e do neoliberalismo que envolve ambos, todavia de formas distintas.

Seguindo, sobre esta óptica, ideias organizadas por Karl Marx (MARX, 1978), reiterando que a disputa de classes também podem ser vistas no processo educacional de um país, tratando-se a nível nacional, Brasil.

A CONJUNTURA DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO BRASIL

No Brasil, os estudantes se organizaram em entidades como a Juventude Comunista, Juventude Integralista, Federação Vermelha dos Estudantes e a União Democrática Estudantil, todavia o movimento sentiu a necessidade de se unificar, uma vez que estava fragmentado e a junção o daria maior força na luta, segundo este pretexto o “Conselho Nacional de Estudantes consolidou o grande sonho de criar a entidade máxima de representatividade estudantil, desta maneira no dia 11 de agosto de 1937 nasce a União Nacional dos Estudantes (UNE)”. (UNE, 2019) E, somente aqui, o movimento estudantil se torna parte uma entidade organizada e com grande força de organização social, surge assim um dos maiores movimentos estudantis do mundo – UNE.

Assim, a partir do segundo mandato de Getúlio Vargas em 1951, o movimento estudantil, enquanto movimento social, teve sua participação com vigor em uma luta articulada socialmente. O marco da campanha foi o movimento conhecido como "o petróleo é nosso", (UJS, 2017, p. 09), que em 1953 desembocaram na criação do Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Em 1964, sendo o golpe consolidado, intimidou a vida de quem se arriscava lutar pela democracia do Brasil. Durante este período pessoas sumiram, e os familiares nunca mais tiveram quaisquer contato ou sequer ouviram notícias, a sede da UNE foi invadida e incendiada, estudantes apanhavam e, por ser oposição ao regime, foram presos, perseguidos e torturados, a censura foi imposta no país, e quem ousasse se mobilizar contra a ditadura era rapidamente reprimido pelo aparelho repressor do estado.

“O Estado tem como missão inalienável a de superar, neutralizar, reduzir ou diferir os efeitos internos dos antagonismos e pressões. Para isto, necessita ele aplicar

um adequado mecanismo repressivo que possa, prontamente, desencadear a Ação-Resposta” (ESG, 1975. p.255)

Neste período a realidade estudantil mudou, universitários eram vigiados e coagidos, massacrados e em muitos casos mortos, como relata a UJS (2017, p. 10) “o estudante secundarista Edson Luís foi morto em um protesto em frente ao restaurante Calabouço”.

“[...] violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como por exemplo o CGT, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum, especialmente no Nordeste.” (CASTRO, 2017, p. 34)

Após um grande processo de desgastes da ditadura militar que se instaurou no Brasil e a continuidade dos protestos para a derrubada da ditadura, já no ano de 1983, eis que se inicia o movimento “DIRETAS JÁ”, impulsionado pela convocatória popular, e o desejo pela retomada da democracia, com a participação de sindicatos, movimentos sociais, artistas, intelectuais, a camada popular e partidos políticos com viés progressista realiza uma série de protestos, as chamadas Diretas Já.

Dentre o processo de redemocratização, o Congresso Nacional não aprovou a proposição da Emenda Dante de Oliveira, que voltaria com as eleições diretas. Contudo, em 1990, ocorrendo a primeira eleição direta após a ditadura militar, marca a volta da democracia no país. Fernando Collor de Melo é eleito pelo povo, apoiado pela grande mídia, e a classe empresarial. Collor adota algumas medidas neoliberais, medidas estas que incluíam a demissão em massa de funcionários públicos, congelamento de contas correntes e poupança, e alguns escândalos de corrupção entre ministros do governo e algumas denúncias incluíam o próprio Fernando Collor de Melo.

Durante as eleições de 1989, a UNE se posicionou contra o projeto defendido pela candidatura de Fernando Collor de Melo, criticando seu aspecto neoliberal e distante das reformas históricas defendidas pelo movimento social. Quando o presidente se envolveu em escândalos sucessivos de corrupção, o movimento estudantil teve papel predominante na mobilização dos brasileiros com o movimento dos jovens de caras pintadas na campanha “Fora Collor”. (UNE, 2011)

Diante deste cenário o Movimento Estudantil não aceita as medidas e a forma de governo para o exterior, que Collor proporcionou, os estudantes conduziram uma série

de protestos que ganhou o nome de “Caras Pintadas” que nortearam o movimento “Fora Collor”.

MARCO DAS CONQUISTAS ESTUDANTIS

Em outubro de 2002, é eleito, através do voto popular, Luís Inácio Lula da Silva, um governante do Partido dos Trabalhadores – PT, que ousava em conversar com o movimento sociais e estudantis, com enorme participação e brilhantismo da juventude, adotou medidas progressistas, investindo massivamente em educação, ciência e tecnologia.

Segundo o IBGE (2015, p. 53), em 2004 os 20% mais ricos do país representavam 54,5% dos universitários da rede pública e 68,4% do particular, em 2014 houve uma queda para 36,4% e 40,9% respectivamente, tais dados só foram alcançados graças às políticas públicas voltadas para o ingresso de uma maior leva de pessoas no ensino superior, principalmente pessoas de classes sociais mais periféricas e marginalizadas pela elite dominante, que comandava em grande escala o ensino superior brasileiro. O processo de uma maior distribuição de classes sociais que compunham as universidades e faculdades do Brasil, se deu devido as criações de políticas públicas voltadas ao ingresso popular no ensino superior, como exemplo temos a ampliação de programas como: Programa Universidade Para Todos – PROUNI, Sistema de Seleção Unificada – SISU e ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES.

O PROUNI foi criado em 2004 tendo por principal iniciativa o conceder bolsas de estudos parciais e integrais subsidiadas pelo governo federal em universidades e faculdades da rede privada de ensino do país, em sua primeira edição houve 112.275 bolsas, no total o PROUNI se estruturou a ponto de em 2013 no primeiro semestre serem ofertadas 162.329 bolsas no total, sendo 108.686 bolsas integrais (PROUNI, 2014), após o golpe de 2016 não tivemos mais em nenhuma edição com o número de bolsas integrais superiores as bolsas parciais ofertadas, no primeiro semestre de 2019 foram ofertadas no geral 244.186 bolsas, sendo 116.934 integrais e 127.252 bolsas parciais (PROUNI, 2019).

Nas últimas seis edições do programa foram ofertadas menos bolsas integrais e mais bolsas parciais, expondo o retrocesso que o programa atingiu, causado pelo sucateamento nos programas de inserção no ensino superior, o que impacta diretamente

no futuro, pensando em uma relação de alunos desmotivados por não terem condições socioeconômicas para estudar em uma instituição de ensino superior privada, e se sentindo incapaz de ingressar em uma instituição de ensino superior da rede pública por conta do modelo de vestibular brasileiro que é baseado na meritocracia, esta que já se provou falha.

O SISU segundo Portaria normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012, Art. 2º O SISU é o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem foi desenvolvido pelo Ministério da Educação – MEC em 2010 tendo como objetivo inserir estudantes nas instituições de ensino superior no Brasil, em 2010 ano de criação foram ofertadas 47 mil bolsas, um ano depois em 2011 chegou-se a 83.125 vagas em 83 instituições sendo que 39 instituições são públicas. (BRASIL, 2011)

Já o FIES em 2010 sofreu algumas alterações, a taxa de juros foi reduzida de 6,5% para 3,4%, uma medida bastante comemorada pelos estudantes, foi o aumento do percentual de financiamento que aumentou até 100%, e teve seu prazo de carência para o início de pagamento após a conclusão do curso passou para 18 meses.

Com este novo cenário favorável ao desenvolvimento educacional, formulando através de políticas públicas de ingresso ao ensino superior, houve a ampliação da rede de ensino técnico científico e superior da rede pública, ampliação está que resultou na criação de 13 novas universidades, 173 campi's e a criação de 214 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF's. (MEC, 2019)

As cotas raciais também foram conquistas pautadas pelo movimento estudantil, visando ações afirmativas de inclusão social, econômica e educacionais, desta forma buscando a diminuição das disparidades sociais através da maior acessibilidade as redes de ensino e concursos públicos no geral.

Todo esse avanço entre os anos de 2003 à 2014, de um governo progressista, preocupado com a soberania nacional, com altos investimentos na educação pública, comprometido com a produção científica no país, o que colocou o Brasil como o 12º país que mais produz artigos científicos no mundo (UFRGS, 2018), o Brasil é o país com maior número de publicações científicos abertos no mundo (FAPESP, 2018).

Sob está prerrogativa de país em crescimento econômico, pleno emprego e a diminuição da desigualdade social, Dilma Rousseff é eleita em 2011 com total

participação do movimento estudantil, como a primeira mulher a ser eleita para o mais alto cargo da república, o de chefe de estado, Dilma veio dando continuidade ao programa de avanço de seu antecessor, assim ela assinou a criação de mais 5 universidades federais, e criou 193 novos IF's durante seu primeiro mandato.

Em 2013, a Presidenta sancionou a lei sem veto que destina 75% dos royalties do petróleo à educação e 25% à saúde, em processo, desde 2011, o Congresso não havia menor interesse em destinar 75% à educação, mas com a intensa pressão feita pela UNE, UBES, ANPG e CTNE enchendo a galeria e os entornos da Câmara de estudantes compromissados com o futuro da nação, este ato foi chamado de Campanha Nacional pela Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira veio se (re)moldurando ao longo dos anos, governo a governo, seguindo linhas que busquem mudar a situação das escolas e a realidade de grande parte dos alunos, neste sentido, inúmeros programas entram e saem de vigência. Por isso, é de extrema importância ressaltar que as políticas governamentais ligadas ao Ministério da Educação – MEC, não são políticas pensadas para além da gestão de quatro anos de um governo, o que acarreta descontinuidade dos programas afetando assim os resultados esperados.

A educação passou severas modificações de cunho estrutural e conjuntural, apresentando-se assim novos programas e severas modificações aos já existentes, essa realidade pode ser analisada ao processo de sucateamento da educação pública, haja vista que, colocado em prática com medidas de desestruturação, os programas de inserção das camadas populares ao ensino superior estão passando por um processo de desestruturação dos programas de inserção das camadas populares ao ensino superior.

A história nos mostra todo o processo de lutas do movimento estudantil para assegurar uma educação de qualidade com direitos assegurados pela constituição, a luta do movimento estudantil foi justificada entre os anos de 2002 à 2015 onde o Brasil estava vencendo o analfabetismo.

O Brasil, a partir das pressões estudantis, conseguiu inserir com maior escala a juventude periférica nas universidades de todo o país com a inserção do Prouni, Sisu e reajustes nas taxas de juros sobre o financiamento estudantil, Fies.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da república federativa do brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 03 de Jun. 2021.

BRASIL. Diário Oficial da União. Portaria normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012. Disponível em: <http://sisugestao.mec.gov.br/docs/portaria-2019-2.pdf> acesso em: 30/07/2019 acesso em: 30 de Jul. 2021.

CASTRO, C. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. FGV, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964> Acesso em 23 de jul. 2021.

ESG. Departamento de Estudos. Manual básico – MB – 75. Rio de Janeiro: ESG 1975.

FAPESP. Brasil é o país com mais publicações científica em acesso aberto. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/brasil-e-o-pais-com-mais-publicacao-cientifica-em-acesso-aberto/27034/> acesso em: 23 Jul. 2021.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais uma análise das condições sociais da população brasileira. Rio de Janeiro, 2015. P 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf> acesso em: 20 de Jul. de 2021.

MARX, K. “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.” In: Marx, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MEC – Ministério da Educação. Painel de Controle do MEC – Campus das Universidades Federais. 2019. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/S> Acesso em: 22 de Jul. de 2021.

PROUNI, Programa Universidade Para Todos. Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI para o ano de 2005. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_uf_an_o_2005.pdf Acesso em: 22 de Jul. de 2021.

PROUNI, Programa Universidade Para Todos. Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI para o primeiro semestre do ano de 2014. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertas_por_uf_primeiro_semestre_2013.pdf Acesso em: 22 de Jul. de 2021.



PROUNI, Programa Universidade Para Todos. Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI para o primeiro semestre do ano de 2019. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_oferta_das_por_uf_primeiro_semestre_2019.pdf acesso em: 22 de Jul. de 2021.

STÜRNER, A. B. Fundamentos da educação – os Diversos olhares do educar. Educare et Educere: Revista de educação Vol.7nº 14Jul/Dez. 2012 p.202 – 206.

UFRGS. China é o país que produz mais artigos científicos no mundo. Brasil é o 12º. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/blogdabc/china-e-o-pais-que-produz-mais-artigos-cientificos-no-mundo-brasil-e-o-12o/> Acesso em: 22 de Jul. de 2021.

UJS - União da Juventude Socialista. Ocupa o Poder. Brasil, 2017, p.09

UNE, União Nacional dos Estudantes. Memória - DIRETAS JÁ! (1984) – FORA COLLOR! (1992). São Paulo. Disponível em: <https://une.org.br/memoria/> Acesso em 25 de jul. 2021.

UNE. União Nacional dos Estudantes. FUNDAÇÃO DA UNE E PRIMEIRAS LUTAS. Disponível em: <https://une.org.br/memoria/> acesso em: 25 de Jul. de 2021.